



Processo de reestruturação da carreira docente será finalizado sem garantia de cumprimento da pauta

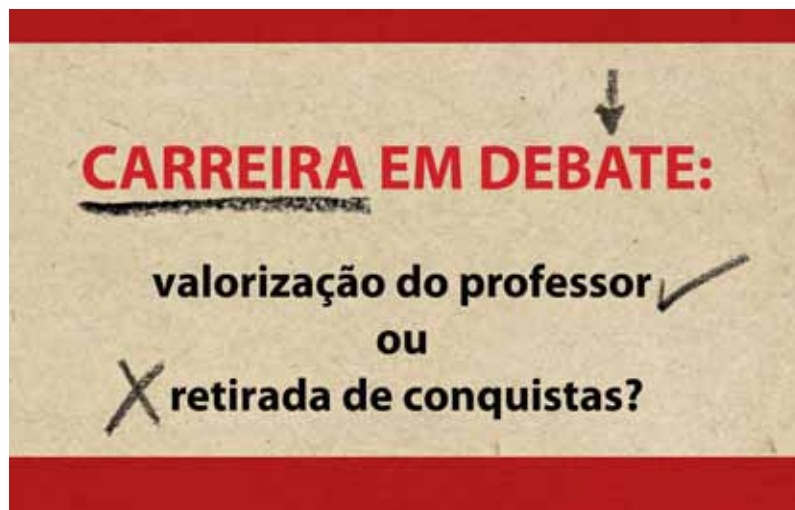
As negociações com o Governo Federal em torno da reestruturação da carreira docente culminaram no segundo semestre de 2011, em um acordo emergencial que ainda está em curso. O prazo para finalização dos trabalhos será dia 31 de março, mas a falta de diálogo entre o governo e a categoria demonstra que a data para execução dos termos do acordo dificilmente será cumprido.

No ano passado, foram efetivadas as negociações entre o Andes-SN e os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Educação (MEC). Após meses de negociações, a entidade docente decidiu assinar um termo de acordo proposto pelo governo. O acordo prevê a incorporação da Gratificação Específica do Magistério Superior (Gemás) e da Gratificação de Atividade Docente de Ensino Básico,

Técnico e Tecnológico (Gedbt) ao Vencimento Base e acréscimo de 4% sobre o total da remuneração docente, a partir de março de 2012.

Na ocasião, também foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para negociar a reestruturação da carreira docente e a participação em tal grupo ficou condicionada à assinatura do termo. Para o 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, o governo adiou várias reuniões com o GT tornando inviável a conclusão dos trabalhos. “Todos os obstáculos gerados pelo governo torna remota a conclusão do acordo do Plano de Carreira pretendido pelos docentes no prazo acordado que é o próximo dia 31”, destacou o vice-presidente.

Negociações pouco avançaram. Em 2012, houve pouco avanço na retomada do processo de negociação. O



governo se mantém irredutível e utiliza a justificativa da indisponibilidade de recursos frente à crise financeira. “Nega a discussão referente à remuneração e à efetivação da reestruturação da carreira docente”, explica Luiz Henrique Schuch.

Nesta perspectiva, o governo anunciou em fevereiro, que irá reduzir os recursos para as áreas da Educação (em R\$ 1,9 bilhões) e da saúde (em R\$ 5,5 bilhões).

No total, serão cortados R\$ 20 bilhões em despesas obrigatórias, que incluem a previdência social e pessoal. Outros R\$ 35 bilhões serão cortados das despesas discricionárias, aquelas em que o governo não tem a obrigação de gastar e constituem os programas dos ministérios.

Os cortes, porém, não atingirão o pagamento da dívida pública, que deve consumir 139,8 bilhões de reais, cerca da metade do orçamento federal.

Reajuste depende de aprovação de PL pelo Congresso Nacional

A aplicação do reajuste de 4% sobre o salário dos docentes, acordado com o governo em agosto de 2011, ainda depende da aprovação do Projeto de Lei 2203/11, que tramita no Congresso. O relatório do projeto ainda não foi apresentado à Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp) pelo relator, deputado Federal

Jovair Arantes (PTB). O PL foi encaminhado à Câmara no dia 31 de agosto do ano passado e prevê sua vigência a partir de março de 2012.

Com a morosidade, o prazo firmado pelo governo não poderá ser cumprido e o reajuste ainda não será aplicado no contracheque de abril.

Mobilizar a base e envolver a sociedade civil

são metas do sindicato. Na avaliação do vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, este é o momento para fortalecer a base em seus espaços de articulação. “O descumprimento de prazo mostra o descaso do governo com a categoria. É preciso buscar apoio da sociedade civil para as nossas reivindicações”, defende. Segundo

Schuch, o momento é crítico e ganhar aliados se torna fundamental.

Ele salienta que, se necessário, os docentes poderão radicalizar a luta. “A greve não está descartada. O indicativo será decidido em assembleias dos docentes e em reuniões do setor das Ifes”, garante o vice-presidente do Andes-SN.

Ato político e cultural marca o Dia Internacional da Mulher

Previdência do servidor vira máquina do capital financeiro

Plantão Jurídico e da Diretoria em São Mateus

Mulheres comemoram Dia Internacional da Mulher com Ato político e cultural

O Dia Internacional da Mulher foi marcado com ato político e atividades culturais, na Praça Costa Pereira, no centro de Vitória. O movimento contou com centenas de mulheres de movimentos sociais, sindicatos e organizações estudantis. Sob o lema “Atualizando a vida das mulheres e construindo o feminismo”, as comemorações de 08 de março, contaram com exibições de filmes na Ufes e intervenções em vários pontos da Grande Vitória. Uma manifestação em frente ao Palácio Anchieta, na cidade Alta, fechou o evento.

O Ato Político, realizado à tarde, na Praça Costa Pereira, envolveu transeuntes e moradores da região. Uma peça sobre violações ao direito do parto chamou atenção para o problema. Músicas e palavras de ordem contra o preconceito e a violência contra as mulheres também marcaram a data.

Mulheres protocolam carta de reivindicações.

Após a apresentação da peça teatral, um grupo com cerca

de 250 mulheres seguiu em direção ao Palácio Anchieta, onde representantes do Fórum de Mulheres do estado protocolaram uma carta de reivindicações. Durante a caminhada, foram distribuídos jornais para a população denunciando os principais problemas do cotidiano das mulheres.

Segundo a professora do departamento de economia da Ufes, Renata Couto Moreira, o movimento quer que o atual governo assuma o compromisso de realizar ações em defesa das mulheres “O movimento apresentou suas demandas e exige uma postura mais efetiva do governo com as políticas públicas das mulheres”, defendeu a docente.

De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o apoio da entidade ao Ato político das mulheres está de acordo com as lutas históricas do sindicato. “A Adufes está ampliando a participação nos movimentos sociais, além de pautar as questões específicas



Ato Público reuniu mulheres do campo e da cidade na Praça Costa Pereira, em Vitória.

da categoria”, afirmou Rocha.

As atividades comemorativas iniciaram na primeira semana de março. No dia 04, foi feita uma “Análise de conjuntura na perspectiva das mulheres”, com destaque para a reflexão sobre os grandes projetos que estão sendo implantados no ES e para a realidade do mercado de trabalho feminino. A formação aconteceu na sede do Sindicato dos Bancários.

Para a professora da Ufes, Renata Couto Moreira, que acompanhou as ações de

elaboração do mês de março, a participação na atividade foi muito representativa. “A formação é um processo necessário em qualquer luta, e no movimento feminista estamos conseguindo avançar”, destacou a docente.

Entre os dias 05 e 15, foram exibidos uma série de filmes destacando as bandeiras históricas de luta do movimento feminista. No período noturno, na Ufes, as exibições aconteceram no auditório do Cemuni IV, em Goiabeiras.

Adufes garante participação no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

O sindicato garantiu pela segunda vez consecutiva à representação no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Eddipi), biênio 2012/2014. No conselho, a Adufes é representada pelo professor aposentado Paulo Roberto de Lima.

Conforme destacou o docente do departamento

de Educação Física, Paulo Roberto, o órgão visa implementar a política do idoso, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional específica. “Além disso, o Eddipi avalia e elabora propostas que possibilitam aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Estadual do Idoso”, destacou o docente

aposentado.

Oficinas. O representante da Adufes é responsável pela realização de oficinas na Grande Vitória, levando o papel social da ciência. “Aproximar a cultura e o campo científico do idoso possibilita agir de forma mais cidadã”, destacou.

Os conselheiros do Ceddipi

tomaram posse no início do mês de março. As reuniões acontecem uma vez por mês, na casa dos Conselhos, em Vitória.

O Ceddipi é composto por representantes governamentais e da sociedade. Tem caráter permanente, paritário, normativo, deliberativo, consultivo e fiscalizador.

Previdência do servidor público vira máquina do mercado financeiro

A guilhotina afiada da privatização chega à previdência dos servidores. O Projeto de Lei da Câmara (PLC 02/12 substitui ao PL 1992/07) que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp), deve ser votado no Senado, em abril.

O governo, com ajuda da grande mídia, demoniza o assunto, argumentando déficit na previdência e a necessidade de uma reforma radical. Metade dos professores hoje já não têm mais a integralidade e paridade dos proventos e, mesmo pagando 11% sobre o total da remuneração, terão a aposentadoria reduzida e sem paridade.

O momento é crítico - Em fevereiro, o PL 1992/07 que acaba com o sistema integral de aposentadoria e cria a chamada previdência complementar foi aprovado na Câmara Federal. A mudança cria três fundos para os Executivo, Legislativo e Judiciário.

Estabelece benefício limite de R\$ 3.916,20 (valores atuais), o mesmo da iniciativa privada. O funcionário, se quiser man-

Colocaram um Fundo no fim do caminho, no fim do caminho colocaram um Fundo...



ter renda próxima a do período de atividade, terá que recorrer ao fundo de pensão que será regulado, não pelas regras e princípios da previdência pública, e sim pela flexibilidade do mercado financeiro.

“No caso dos docentes, a contribuição complementar será feita ao FUNPRES, no qual o servidor ou seus pensionistas receberão apenas de acordo com o montante total de suas contribuições. Isso contraria o princípio da previdên-

cia social pública por repartição, ou seja, retira dos docentes um direito”, diz o advogado da Adufes, Jerize Terciano de Almeida.

Para o advogado, isso é ilegal e vai gerar questionamentos futuros. As medidas atingirão a todos, em especial aqueles que forem contratados após a sanção da nova lei. “Os que estão na ativa poderão aderir ao Fundo, mas uma vez feita a escolha não poderão retornar ao antigo sistema. O processo

será irreversível e irremediável”, alerta o advogado.

Além de dividir o funcionalismo, na medida em que existirão beneficiários distintos, os novos aposentados terão seu benefício atrelado ao reajuste dos aposentados do INSS. É bom lembrar que os fundos de pensão estão quebrando no mundo todo, o que significa que o FUNPRES pode sofrer efeitos de crises econômicas, má gestão e outras intempéries do mercado financeiro.

Desmonte da Previdência Social começou em meados da década de 90

FHC fixou a aposentadoria em 65 anos para homens e 55 para mulheres mais o tempo de contribuição de 35 e 30 anos, respectivamente. Em compensação, o presidente manteve o cálculo do benefício baseado no último salário.

Em 2003, com a emenda constitucional 41, Lula acabou com a aposentadoria integral e com o aumento igual para servidores ativos e inativos. A

medida passou a valer para as pessoas que entraram no serviço público a partir de 2004.

Armadilhas do novo projeto - “A contribuição vai ser certa, mas o retorno dos benefícios é incerto”, diz a professora Sara Granemann, da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj - Seção Sindical). Ela explica: “Os valores dos benefícios oscilarão de

acordo com as contribuições, rentabilidade do investimento, e outros riscos”.

A tendência, segundo ela, é os valores das contribuições irem aumentando ao longo do tempo. A nova previdência não cobrirá o salário integral nas licenças maternidade ou concedidas por motivo de doença. Alguns estudos mostram que os servidores poderão ter perda salarial de

até 37% da renda ou até mais com as mudanças na aposentadoria.

Deficit não existe - A alegação de que a previdência dos servidores gasta demais e cresce sem controle, de que é deficitária, é fantasiosa. “A lógica previdenciária é superavitária. Não escassez de recursos. A Previdência Social é o maior programa de assistência do Brasil”, concluiu.

Plantão Jurídico e da Diretoria da Adufes esclarece dúvidas de docentes

A Adufes realizou no último dia 15, Plantão Jurídico e da Diretoria no campus de São Mateus. A atividade aconteceu na parte da manhã, no prédio da SUGRAD. Os casos mais atendidos se referem ao adicional de insalubridade e afastamento para aperfeiçoamento profissional.

Dentro da proposta de maior aproximação e envolvimento dos docentes nas ações e serviços oferecidos pelo sindicato, a gestão da Adufes

biênio 2012/2013, optou por reforçar os Plantões nos campi do interior.

Além de São Mateus, o plantão itinerante vai atender os docentes em Alegre, no dia 12 de abril. Como os plantões serão alternados, a atividade retornará para São Mateus, no dia 10/05.

Para o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, as atividades nos campi do interior ajudam a aproximar a base. "A intenção é envolver



Foto: Comunicação Adufes

Assessoria Jurídica do sindicato realiza atendimento no Ceunes.

todos os associados nas bandeiras de lutas do sindicato e

fortalecer as ações da entidade", defendeu Rocha.

Alegria e descontração marcaram Ponto de Encontro em São Mateus

A primeira edição do Ponto de Encontro da Adufes em 2012 aconteceu no norte do estado, para os docentes do campus de São Mateus. O happy hour ocorreu no bar Samburá, localizado no Sítio Histórico, no último dia 15.

A atividade contou com um repertório variado de músicas que foram interpretadas ao vivo. O bar Samburá reuniu docentes de vários departamentos para um bate-papo em frente ao Rio Cricaré.

"O objetivo do Ponto de Encontro é confraternizar os docentes e proporcionar um momento para relaxar e, ao mesmo tempo, conversar sobre assuntos que interessam a categoria", diz o vice-presidente da Adufes, Temístocles Sousa Luz.

Próximo Ponto de Encontro será em Alegre. Rocha lembra que os Pontos de Encontros da Adufes irão acontecer, de forma alternada, uma vez por mês, nos campi do sul e no norte. O próximo Happy hour



Foto: Comunicação Adufes

O primeiro Ponto de Encontro da Adufes aconteceu no Porto de São Mateus.

no interior será em Alegre, na mesma data do Plantão Jurídico,

ou seja, 12/04, em local a ser definido.

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Justiça manda Ufes suspender cobrança da VPNI

A Justiça Federal do Espírito Santo considerou improcedente a decisão da universidade em descontar de 49 docentes os valores referentes à VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada).

Além de cortar a vantagem, eles teriam que devolver ao erário público as parcelas recebidas.

A cobrança começaria em março. Há casos que o valor chega a R\$ 25 mil. A Adufes pediu também a manutenção da vantagem pessoal nos contracheques. O pedido foi negado. O Jurídico do sindi-

cato já entrou com recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região/RJ, questionando o corte.

Demanda judicial começou em 2011. A Ufes chegou a enviar email aos colegas informando-os que faria a cobrança dos valores supostamente pagos de modo indevido. Desde 2008 que essa gra-

tificação é paga aos docentes e técnicos administrativos das universidades federais visando evitar que seus vencimentos básicos fossem inferiores ao salário mínimo. No entanto, recentemente o Ministério do Planejamento ordenou a suspensão do pagamento da rubrica e a devolução dos valores pagos a este título.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax: 27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

Temístocles de Sousa Luz
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes
1º tesoureiro

Flávia Meneguelli Setubal
secretária geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Rafael da Silveira Gomes
1º suplente

Bernardete Gomes Mian
2ª suplente

Susane Petinelli Souza
3ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo
4ª suplente

Jornalista Responsável:

Giselle Pereira (Mtb 2644)

Vívia Fernandes (Mtb 447)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares